

O PARQUE DA LIBERDADE E A POPULARIZAÇÃO DOS PARQUES EM ANÁPOLIS, GO

PARQUE DA LIBERDADE AND THE GREEN POPULARIZATION OF PARKS IN ANÁPOLIS, GO

Wilton de Araujo Medeiros, Doutor, Universidade Estadual de Goiás/CET/Arquitetura e Urbanismo, wilton@ueg.br

Resumo: O estudo analisa a popularização dos parques urbanos em Anápolis, Goiás, com enfoque no Parque da Liberdade, destacando as transformações morfológicas e socioespaciais desses espaços. A pesquisa parte da observação de que os parques inaugurados após 2010 diferem significativamente daqueles construídos antes dos anos de 2000, concernentes à concepção projetual e inserção urbana. Utilizando métodos bibliográficos, documentais e visitas in loco, identifica-se dois fenômenos principais: a "gentrificação verde", associada a parques em áreas de alta renda, e a "popularização", voltada para periferias e comunidades de baixa renda. O Parque da Liberdade, fruto de reivindicação comunitária, exemplifica a popularização, representada na integração ao entorno residencial. A análise mostra que, embora os parques contemporâneos adotem um discurso ambiental comum, sua implementação reflete dinâmicas urbanas fragmentadas, as quais resultam em "gentrificação verde" como no caso do Parque Ypiranga, no bairro Jundiaí. Esses espaços públicos urbanos, mesmo em alguns cumprindo funções ecológicas e de lazer, são expressões das contradições urbanas, podendo servir tanto à valorização imobiliária quanto à inserção destes em áreas de baixa renda. O estudo contribui para a discussão sobre planejamento municipal e aspectos de projeto urbano em cidades médias do interior brasileiro.

Palavras-chave: Parques urbanos contemporâneos. Popularização de parques urbanos. Discurso ambiental.

Abstract: The study analyzes the popularization of urban parks in Anápolis, Goiás, with a focus on Parque da Liberdade, highlighting the morphological and socio-spatial transformations of these spaces. The research is based on the observation that the parks inaugurated after 2010 differ significantly from those built before the 2000s, concerning the design and urban insertion. Using bibliographic and documentary methods and on-site visits, two main phenomena are identified: "green gentrification", associated with parks in high-income areas, and "popularization", aimed at peripheries and low-income communities. O Parque da Liberdade, the result of a community claim, exemplifies popularization, represented in the integration into the residential environment. The analysis shows that, although contemporary parks adopt a common environmental discourse, their implementation reflects fragmented urban dynamics, which result in "green gentrification" as in the case of Parque Ypiranga, in the Jundiaí neighborhood. These urban public spaces, even though in some they fulfill ecological and leisure functions, are expressions of urban contradictions, and can serve both real estate appreciation and their insertion in low-income areas. The study contributes to the discussion on municipal planning and aspects of urban design in medium-sized cities in the Brazilian countryside.

Keywords: Contemporary urban parks. Popularization of urban parks. Environmental discourse.

INTRODUÇÃO

A cidade de Anápolis, localizada no estado de Goiás, apresenta uma estrutura urbana marcada por fragmentações e dinâmicas regionais que influenciam sua forma e crescimento. Desde sua origem no século XIX, a cidade evoluiu a partir de um núcleo central, expandindo-se ao longo de eixos norte-sul, delineados por fatores como a ferrovia e a BR-153. Essa expansão resultou em uma morfologia alongada e fragmentada, onde os espaços livres, como parques, surgem como ilhas verdes desconectadas, refletindo desigualdades socioespaciais e a lógica de urbanização globalizante.

Os parques contemporâneos de Anápolis, construídos após os anos 2000, como o Parque Ambiental Ypiranga, o Parque da Liberdade, o Parque da Cidade E O parque da Jaira, representam uma mudança significativa em relação aos parques mais antigos. Enquanto os primeiros eram voltados para lazer e contemplação, os novos parques incorporam discursos de sustentabilidade e recuperação ambiental, muitas vezes vinculados a áreas de nascentes. No entanto, essa abordagem frequentemente se limita à superficialidade do marketing político, sem resolver questões sociais profundas ou promover integração efetiva entre os fragmentos urbanos.

A análise revela que esses parques estão intrinsecamente ligados a centralidades de alta renda, como o bairro Jundiáí, reforçando a segregação socioespacial. Apesar de cumprirem funções ambientais, como a proteção de nascentes, sua implantação não garante a conectividade do sistema de espaços livres nem a equidade no acesso. A imagem da "cidade sustentável" propagada pela prefeitura esbarra em desafios práticos, como o esvaziamento do sentido público e a falta de infraestrutura adequada, evidenciada pelo caso do Parque da Jaira, que sofreu alagamentos devido a falhas no planejamento.

Em síntese, os parques contemporâneos de Anápolis ilustram as contradições da urbanização globalizante, onde a paisagem é consumida como símbolo de modernidade, mas as desigualdades e fragmentações persistem. Para avançar, é essencial integrar políticas ambientais com ações sociais, promovendo não apenas a recuperação de ecossistemas, mas também a inclusão e a articulação dos espaços livres como elementos de transformação urbana e justiça socioespacial.

A presente pesquisa atualiza trabalhos anteriores, em que se observou que pela análise

morfológica feita com auxílio teórico de Panerai (2006) e Magalhães (2007), constata-se que os processos morfológicos originários da estrutura urbana – desde a sua origem em 1886 até 1976 –, permanecem as mesmas, consolidando a malha urbana dispersa até os dias atuais, muito próximo ao que diz Ascher (2010). Nesse contexto, os parques urbanos embora inseridos na expansão intraurbana tal como preconiza Villaça (1998), estão também interrelacionadas as linhas de crescimento da cidade.

Essa dinâmica fica evidente ao compararmos as características dos parques inaugurados anteriormente aos anos de 2000 com os posteriores. Os parques contemporâneos possuem duas características que serão mencionadas no presente trabalho, as quais, não se encontram nos parques pré-contemporâneos. Eles estão inseridos no contexto de ampliação e interiorização dos parques urbanos no Brasil – conforme Sakata (2018) –, e essa interiorização, aqui chamada de “popularização” vai imprimir características quanto a sua forma projetual e de inserção urbana.

PROCEDIMENTOS DE TRABALHO

A pesquisa utiliza métodos bibliográficos, documentais, e visita ao local de estudo. A revisão de trabalhos como os de Sakata, Medeiros e Gonçalves (2018) e Serpa (2004), dentre outros, contribuem para a compreensão sobre o contexto dos parques urbanos, e o que representam na segregação urbana. Além disso, análise iconográfica contribuem para contextualizar o papel das políticas ambientais fragmentadas, replicando padrões similares observados em outras cidades brasileiras.

O estudo bibliográfico como método de pesquisa é fundamental no processo de produção do conhecimento. Sendo uma etapa fundamental, serve como base para a construção e fundamentação de argumentos, contextualizando-se com pesquisas sobre o tema. Isso também permite análise crítica do que já foi produzido, evitando repetição de conteúdos e fornecendo subsídios para justificar a continuidade das investigações.

Foi feito um trabalho de mapeamento, objetivando análise morfológica e espacial do parque quanto a sua localização como parte do sistema de espaços livres, e também a sua interrelação com os fluxos internos ao bairro.

No presente texto, a leitura de outros trabalhos que estudaram a implantação de parque urbanos em

Anápolis, contribui para dimensionar em âmbito local o que Sakata (2018) analisou em termos mais gerais no Brasil. Com esse conteúdo comparativo, foi possível levar a novas interpretações ou conexões entre ideias ainda não suscitadas em outras pesquisas.

Quanto as observações in loco, estas permitem identificar nuances que o estudo icnográfico não alcança. Nesse sentido, mapas, imagens de satélite ou até mesmo relatórios não revelam, as alterações antrópicas não documentadas ou interrelações com o entorno e interações ambientais específicas. Porque a paisagem A não é estática, uma fotografia feita há dez anos serve hoje em dia apenas como registro documental sobre como era o local no passado, já que as alterações ficam evidentes como decorrer dos anos. Desse modo, a dinâmica das transformações só é plenamente entendida com observação direta. Essa experiência in loco enriquece a interpretação dos dados, e, evitando conclusões generalistas ou distanciadas da realidade, aplica-se a leitura teórica ao caso concreto.

O mapeamento realizado após a visita ao parque serviu para mostrar as observações empíricas em dados sistematizados, permitindo com isso uma análise morfológica e espacial mesmo generalista, garantindo que as características físicas, os fluxos urbanos e as dinâmicas socioambientais sejam representadas de modo a atualizar estudos anteriormente feitos no local.

RESULTADOS

Para fins de análise, foi selecionado o levantamento de sete parques em Anápolis. Três construídos anteriormente aos anos de 2000 e quatro posteriormente. Foram localizados outros parques além desses quatro, construídos no período contemporâneo do terceiro milênio, para os quais poderão ser aplicadas as análises que foram aqui desenvolvidas. Mas para a presente discussão, serão suficientes estes parques selecionados.

1. O **Parque Municipal de Anápolis**, foi criado pelo Decreto nº 746 em 21 de dezembro de 1971 pelo prefeito Henrique Santillo. O qual passou a ser popularmente chamado de “parque da matinha”. Está localizado às margens do Córrego João Cesário, onde foi instalado inicialmente um zoológico, que foi desativado cerca de dez anos após sua inauguração. Posteriormente é que veio a ser instalado no local um parque de diversões infantil, já na década de 1980. Por essa razão esse parque é também atualmente também denominado “parque da criança”. É um local ainda hoje preponderantemente de lazer e esportes.
2. No ano de 1976 foi criado outro parque municipal, denominado de **Parque Senador Onofre Quinan**, porém ao ser apropriado pela população, recebeu nomes populares como “Central parque”, “parque da juventude” – Este último provavelmente um contraponto ao “parque da criança”. Sua localização às margens da represa feita com as águas do Ribeirão das Antas, tem a ver com a antiga história de abastecimento de água para a cidade, e foi construída nele, um lago, com barragem de nível para captação de água. Era um parque contemplativo, atualmente se encontra desativado.
3. O **Parque JK** foi construído nos anos de 1990, em um local onde originalmente deveria ser parte de um clube do projeto urbano feito para o Bairro Jundiá. Como o clube foi desativado, o local se transformou em uma grande erosão, e foi recuperado nos anos de 1990, sendo a partir disso transformado no que é hoje o Parque JK. É um local contemplativo, com alguns equipamentos de esportes, como pista de skate e caminhada.
4. O **Parque da Jaiara**, está situado no bairro de nome homônimo, uma região muito tradicional da cidade, que surgiu ainda na década de 1940, no entorno de uma fábrica de tecidos. Então é um bairro caracteristicamente residencial, e que possui uma centralidade contendo considerável quantidade de comércio, e diversos serviços, tanto educacionais, quanto de saúde, e de diversas outras áreas de profissionais liberais. Certamente é um contraponto ao Parque da Cidade – este localizado ao Sul –, apresentando muita similaridade com o Parque da Liberdade, sobretudo, com respeito a ampla acessibilidade e abertura ao contexto residencial que possui. Porém, além disso, possui uma característica que o torna um pouco mais singular em relação a outros parques. O Seu projeto incorpora múltiplas escalas, e com isso, o seu programa é ampliado e também os seus fluxos de

pedestres e veículos, relacionando-se com contextos urbanos diferenciados, para além da centralidade do bairro e da vizinhança.

5. O **Parque da Liberdade** foi construído por razões ambientais muito semelhantes ao Parque da Cidade. Porém as motivações para a sua construção foram completamente diferentes, e isso reflete tanto no local de sua implantação, quanto no seu projeto. Possui muita acessibilidade aos moradores do seu entorno, e também em relação à cidade como um todo. Segundo o site *Planeta Água*, a construção se deu pela Prefeitura Municipal e com ajuda de empresas parceiras da comunidade. Assim sendo, esse parque não é fruto de compensação ambiental, e sim da reivindicação da comunidade, liderada por um morador das proximidades, chamado Odilon Alves Rosa (<https://www.revistaplanetaagua.com/anapolis/liberdade-o-lixao-que-virou-parque/>). A sua entrada principal é facilmente acessível pela Avenida Getulino Artiaga, interligando-o diretamente ao centro da cidade. Mas o parque possui outras quatro entradas laterais, sendo essa permeabilidade ao contexto uma de suas principais características. A outra característica determinante, tem a ver com o mesmo princípio de proteção das nascentes já aplicado ao Parque da Cidade, da qual se construiu um lago. Anteriormente a construção do parque, o local tendo uma ocupação residencial de baixa renda e alta densidade no seu entorno, essa nascente foi sendo transformada em um lixão, gerando com isso grande contaminação ao curso d'água.

Figuras 1: Localização do Parque da Liberdade próximo ao Centro; entrada principal e as quatro entradas laterais



Fonte: Elaboração do autor sobre imagem do Google maps.

6. Também localizado próximo ao centro da cidade, e de fácil acessibilidade às principais avenidas, o **Parque Ypiranga**, teve similar justificativa ambiental quando de sua implantação, ocorrida no ano de 2010. Porém, essas mesmas características devido a sua localização, o tornam muito distintas, quando comparadas aos outros parques de Anápolis, haja vista que o seu entorno com habitações de alta renda implicam em um contexto socioeconomicamente diferenciado. Nesse caso, deve-se levar em conta que se trata de um equipamento urbano que veio a fortalecer a centralidade urbana do bairro Jundiá, e potencializar a valorização imobiliária em suas proximidades. Isso está diretamente correlacionado às posteriores etapas de construção do **Parque das Águas** e também do **Jardim botânico**, os quais juntamente com o Parque Ypiranga vieram a conformar em 2023 o denominado **Complexo Verde é Vida**. Essa ampliação recente tona o local ainda mais valorizado, e espera-se que continue ampliando as mesmas correlações inerentes à implantações de parques urbanos em contexto de alta renda.
7. Localizado ao lado da rotatória de acesso ao Distrito Agro Industrial de Anápolis (DAIA) e ao viaduto sobre a BR 153, o **Parque da Cidade** está situado no extremo sul da Avenida Brasil. Diferentemente dos três parques anteriores aos anos de 2000 que estão inclusos na malha urbana tradicional e acessíveis a áreas residenciais, foi implantado em local muito afastado das áreas residenciais consolidadas, não contendo, portanto, nenhuma relação com o seu entorno. Descritivamente, ressalta-se a estrutura viária e ferroviária, que nestes casos não funcionam como acessibilidade ao local, e sim como barreiras ao fluxo de pedestres. A justificativa para a sua construção em um local de baixíssima acessibilidade ao pedestre, é devido a construção da Ferrovia Norte-Sul. Pois, ao alterar uma das nascentes do ribeirão das Antas ali existentes a empresa VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias fez um acorde de compensação ambiental com a Prefeitura de Anápolis e com o Instituto

Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), do qual resultou a sua construção.

Esses sete parques acima descritos sumariamente, podem ser identificados nas Figuras 2 a seguir: **(1)** Parque Municipal de Anápolis; **(2)** Parque Senador Onofre Quinan; **(3)** Parque JK; **(4)** Parque da Jaiara; **(5)** Parque da Liberdade; **(6)** Parque Ypiranga; **(7)** Parque da Cidade.

Figuras 2: Localização dos parques construídos anteriormente aos anos de 2000 em Anápolis (1; 2; 3) e posteriormente (4; 5; 6; 7).



Fonte: QUAPA e Arquivos do autor (2017). Autoria das fotos: Silvyo Macedo.

DISCUSSÃO

As observações feitas por Sakata (2018) para compreendermos de maneira mais abrangente as distinções que caracterizam os parques urbanos de Anápolis. A autora mostra que entre 2000 e 2017, considerando o conjunto de capitais brasileiras e o Distrito Federal, o número de parques urbanos no Brasil dobrou. E é mais ainda significativo para o âmbito dessa pesquisa, salientar que nesse processo de ampliação, houve interiorização dos parques urbanos no país – como é o caso de Anápolis – já que quantitativamente essa ampliação de parques foi muito menos significativa onde já estavam consolidados, ou seja, em algumas grandes cidades litorâneas.

Por outro lado, Sakata, Medeiros e Gonçalves (2018) identificam uma particularidade nesse processo de interiorização de parques no Brasil. Trata-se do fenômeno “gentrificação verde” versus popularização de parques nas periferias urbanas e áreas de baixa renda da população. Em comum, essas duas faces da mesma moeda têm aplicabilidade do discurso ambiental (ACSERALD 2001; 2010).

A adoção do discurso ambiental, retrospectivamente falando, retoma a meados da década de 1980 com a intensificação da urbanização, descentralização do planejamento urbano, que passou a dar mais relevo ao papel dos municípios do que no planejamento nacional. Isso concomitantemente acontecendo com intensos processos de urbanização, a recuperação das áreas verdes residuais representou a atuação da municipalidade sobre o seu território (ACSERALD, 2008). Desse modo, o poder público vai intervir em locais onde extensas vegetações naturais foram suprimidas, e onde não havia planejamento ambiental.

No caso de Anápolis, esses parques aqui mencionados, são o rebatimento da incorporação do discurso ambiental no Plano Diretor de 2006 que afirma ser seu princípio norteador o disposto no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001 sobre o direito a cidades sustentáveis. Contudo, ao voltar-se para alguns remanescentes de áreas verdes e aplicar a eles o discurso ambiental, não significa necessariamente planejamento ambiental, principalmente se levarmos em conta o conjunto desses remanescentes em sua totalidade, e o ecossistema que a eles estão conexos. Estaria muito mais próximo do que a autora identificou em âmbito nacional, ou seja, são “oportunidades” surgidas no cotidiano da gestão municipal, muitas vezes correspondentes a verbas oriundas de compensação ambiental. De qualquer modo, os parques construídos no terceiro milênio, assumem características distintas aos anteriores, que eram parques contemplativos.

Conforme mostra Martins Junior (1996; 2005; 2008), há uma tipologia de parque tipicamente goiana, que teve como principal referência a implantação do Parque Vaca Brava em Goiânia – ver Figura 3. Para o autor, essa tipologia de parque resultante de compensação ambiental, e entregue para população aberto e sem cercamento, veio ser replicada em todo o estado de Goiás na década de 1990 – ver Figura 4. E é precisamente essa tipologia que viria a ser empregada nos parques urbanos de Anápolis, construídos após os anos 2000.

Figura 3: parque Vaca Brava e a tipologia dos parques goianos segundo Martins Junior (1996; 2005; 2008).



Fonte: acervo do autor. Autoria da foto: Francine Sakata.

exótico, e sim algo inerente ao ser/estar humano, e por isso não é um mero local de passagem, ou um mero receptáculo ou barreira a ser superada. Embora o parque tenha problemas relacionados à segurança, e faltem manutenção de seus mobiliários, podemos entender que a sua forma urbana expressa o senso comunitário reivindicado pelos seus criadores, representado na complementaridade interno-externo, conformando as suas entradas como prolongamentos das vias circunvizinhas.

CONCLUSÕES

O estudo sobre a popularização dos parques urbanos em Anápolis, com destaque para o Parque da Liberdade, identificou dois fenômenos principais: a "gentrificação verde", associada a parques em áreas de alta renda, como o Parque Ypiranga, e a "popularização", voltada para comunidades periféricas e de baixa renda, exemplificada pelo Parque da Liberdade. O trabalho corrobora com Sakata (2018), quem inicialmente observou essa dualidade característica no processo de interiorização dos parques urbanos no Brasil.

No caso do Parque da Liberdade, ele sendo fruto de reivindicação comunitária, pode ser um indicativo de que a depender do caso em análise, a construção de um parque popular pode conter nuances que precisam ser melhores compreendidas nas dinâmicas socioespaciais e morfológicas, que permeiam a criação e a gestão desses espaços públicos. Porque embora os parques contemporâneos adotem um discurso ambiental comum, sua implementação reflete as desigualdades e singularidades urbanas, reforçando fragmentações socioespaciais. Enquanto parques em áreas nobres promovem valorização imobiliária, os localizados em regiões periféricas enfrentam desafios como falta de manutenção e infraestrutura.

A pesquisa constata que a tipologia dos parques goianos, caracterizada pela abertura e integração ao entorno, foi replicada em Anápolis, em todos os parques populares. Esse aspecto de integração e acessibilidade ao entorno, reflete um projeto urbano que adota uma tipologia contemporânea. Considerando que essa tipologia contemporânea também pode ser encontrada em parques implantados em locais de rendas médias e altas, suscita análises futuras pormenorizadas sobre os seus mobiliários e paisagismos internos para melhor compreender como a dualidade socioespacial se expressa nos detalhamentos do projeto.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. Cartografias sociais e território (Org.). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: IPPUR, 2008. Disponível em http://www.ettern.ippur.ufrrj.br/central_download.php?hash=467ab838abf48499b7dbb9f41fa3268c&id=8. Acesso em fevereiro de 2025.

_____. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos avançados 24 (68), 2010. Disponível em <http://scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>. Acesso em fevereiro de 2025.

_____. Sentidos da sustentabilidade urbana. In ACSELRAD, H. (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP7A, 2001.

ASCHER, François. Os novos princípios do urbanismo. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

MAGALHÃES, Sérgio. A cidade na incerteza: ruptura e contiguidade em urbanismo. Rio de Janeiro: Viana e Mosley: Ed. PROURB, 2007.

MARTINS JUNIOR, O. P. 2008.

_____. Conversão de multas ambientais em prestação de serviços de preservação. O exemplo da aplicação dos TACs em Goiás. Goiânia: Kelps, 2005.

_____. 1996.

PANERAI, Philippe. Análise urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. Plano diretor de 2006.

REVISTA PLANETA ÁGUA. Liberdade: o lixão que virou parque – Hoje ele é o único parque ambiental de Anápolis com fitas para slack-line. Disponível em <https://www.revistaplanetaagua.com/anapolis/liberdade-o-lixao-que-virou-parque/>. Consulta em fevereiro de 2025.

SAKATA, F. G. Parques urbanos no Brasil-2000 a 2017. Tese de doutorado em arquitetura e urbanismo. São Paulo: USP, 2018.

SAKATA, F. G.; MEDEIROS, W. A.; GONÇALVES, F. M. Gentrificação verde em Goiânia: O papel dos parques brasileiros do século XXI nas transformações urbanas. Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia, v2, n6, p. 137-149, novembro de 2018. <http://www.cchla.ufpb.br/sociabilidadesurbanas/>. Consulta em dezembro de 2023.

SERPA, A. Diversidade e desigualdade em um contexto de fragmentação socioespacial: avanços e recuos. Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 12, n. 2, ago/2018, p. 22-38. <http://www.revistas.ufg.br/index.php/ateliê>

_____. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 15, pp. 21 - 37, 2004.

VILLAÇA, F. Espaço Intra-urbano no Brasil. Studio Nobel, Fapesp, 1998.